

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## ORDEM DO DIA Nº 20/2019 SESSÃO ORDINÁRIA - 17/06/2019

1 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 11/2019 – PREFEITO MUNICIPAL** – Revoga o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003. Parecer Jurídico nº 11/2019 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 026/2019 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 017/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 019/2019 – pela aprovação. Parecer da Comissão dos Direitos da Pessoa Humana nº 021/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 035/2019 - pela aprovação. Processo nº 15281.

2 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 076/2019 – PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 76/2019 – pela legalidade com ressalva. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 47/2019 - pela aprovação. Processo nº 15360.

3 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO Nº 123/2017 – PAULO MARCOS GUEDES** - Dispõe sobre a definição de maus-tratos contra animais no município de Rio Claro e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 123-A/2019 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 151/2017 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 146/2017 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 123/2017 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural e Meio Ambiente nº 057/2017 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 07/2017 - pela aprovação. Processo nº 14844.

4 – 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 145/2017 – JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU** - Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4636 de 12 de dezembro de 2013. Parecer Jurídico nº 145/2017 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 153/2017 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 020/2018 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 044/2018 – pela aprovação. Parecer da Comissão dos Direitos da Pessoa Humana nº 045/2018 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural e Meio Ambiente nº 027/2018 – pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 059/2018 - pela aprovação. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU.** Processo nº 14869.

5 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 071/2018 – IRANDER AUGUSTO LOPES** – Institui a Política Municipal de Manejo de Cães Comunitários no município de Rio Claro e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 071/2018 – pela legalidade com ressalvas. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 083/2018 – pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 050/2018 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 090/2018 – pela legalidade. Parecer da Comissão dos Direitos da Pessoa Humana nº 067/2018 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 109/2018 - pela legalidade. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR IRANDER AUGUSTO LOPES.** Processo nº 15087.

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

6 – Discussão e Votação Única do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 027/2018 – YVES RAPHAEL CARBINATTI RIBEIRO** – FICA INSTITUÍDO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, O PRÊMIO "PROFISSIONAL DE IMPRENSA DO ANO" QUE SERÁ CONCEDIDO AOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA QUE SE DESTACAREM AO LONGO DO ANO. Parecer Jurídico – pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 16/2019 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 15/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 16/2019 – pela aprovação. Parecer da Comissão dos Direitos da Pessoa Humana nº 012/2019 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 018/2019 - pela aprovação. Processo nº 15259.

## Projetos com Pedido de Vista para deliberação do Plenário:

- PROJETO DE LEI Nº 197/2018 – PREFEITO MUNICIPAL
- PROJETO DE LEI Nº 198/2018 – PREFEITO MUNICIPAL
- PROJETO DE LEI Nº 09/2019 – PREFEITO MUNICIPAL

\*\*\*\*\*



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.002/19

Rio Claro, 30 de janeiro de 2019

Senhor Presidente

Nobres Edis

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para que seja submetido à deliberação e votação pela Colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei em anexo, objetivando a supressão do Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003.

A finalidade de tal supressão tem por finalidade adequar a cobrança de Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS, à realidade das clínicas veterinárias de nossa cidade.

Com a supressão do citado parágrafo, apenas animais que vierem a óbito em decorrência de doenças infectocontagiosas aos seres humanos poderiam ser consideradas como TRSS. Animais vítimas de traumas ou de morte natural, ou mesmo doenças que não possam ser transmissíveis aos seres humanos, poderão ser descartados diretamente no espaço próprio destinado a esse fim, junto ao aterro sanitário, sem que o respectivo peso fosse adicionado no computo do fato gerador da taxa de TRSS.

Esperando contar com a costumeira e proverbial atenção dessa Presidência e de todos os Edis na aprovação deste Projeto, aproveito o ensejo para apresentar meus protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente.

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
ANDRÉ LUIS GODOY  
DD.Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO

\_\_\_\_\_  
Vice-Presidente da Câmara

\_\_\_\_\_  
Secretário de Administração

03  
\_\_\_\_\_  
Assessoria Jurídica



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 011/2019

(Revoga o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003)

Artigo 1º - Fica revogado o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399 de 31 de dezembro de 2003.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR  
Prefeito Municipal

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PARECER JURÍDICO Nº 11/2019 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 11/2019 – PROCESSO Nº 15280-011-19.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 11/2019, de autoria do nobre Prefeito João Teixeira Júnior, que revoga o § 2º do Artigo 2º da Lei Municipal nº 3399, de 31 de dezembro de 2003.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria entende pela sua **legalidade**, pois a competência para dispor sobre a matéria é exclusiva e privativa do Senhor Prefeito Municipal, conforme dispõe o artigo 79 da Lei Orgânica do Município de Rio Claro, senão vejamos:

*“ Artigo 79 – Compete ao Prefeito Municipal:*

*...*

*XII – iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;”*

# Câmara Municipal de Rio Claro

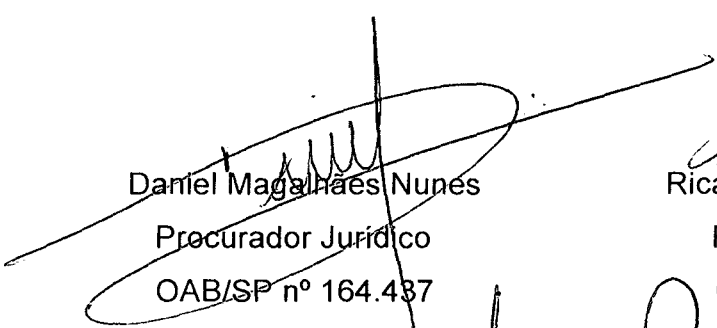
Estado de São Paulo

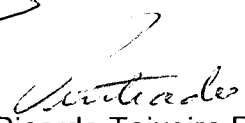
Ademais, a revogação de uma lei significa cessação (finalização) da sua vigência formal. A revogação acontece por meio de outra lei e compreende tanto a ab-rogação (revogação total) como a **derrogação (revogação parcial)**. O costume não revoga, nem derroga a lei.

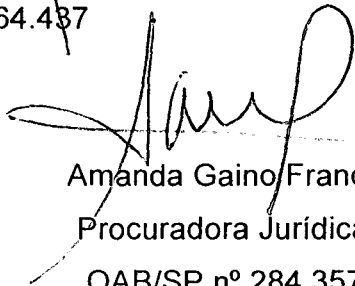
Cabe ainda esclarecer que para que ocorra a revogação parcial de uma Lei, somente por meio da aprovação de outra Lei, ocorrendo, neste caso, a sua derrogação.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 14 de fevereiro de 2019.

  
Daniel Magalhães Nunes  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaino Franco  
Procuradora Jurídica  
OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 011/2019

PROCESSO Nº 15281-011-19

PARECER Nº 026/2019

O presente Projeto de Lei, de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Revoga o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003.

A Comissão de Constituição e Justiça opina pela **legalidade** do referido Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Edilidade.

Rio Claro, 20 de fevereiro de 2019.

  
**Anderson Adolfo Christofolletti**  
Presidente

  
**Demerval Nevoeiro Demarchi**  
Relator

**Rafael Henrique Andreetta**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 011/2019

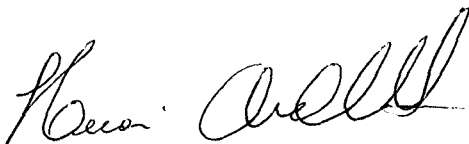
PROCESSO Nº 15280-011-19

PARECER Nº 017/2019

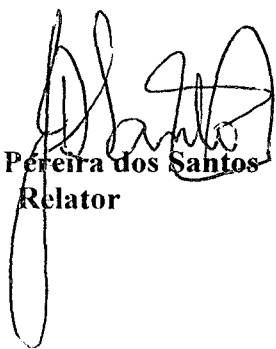
O presente Projeto de Lei, de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Revoga o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003.

Esta Comissão opina pela aprovação do referido Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 25 de fevereiro de 2019.



**Hernani Alberto Mônaco Leonhardt**  
Presidente



**José Pereira dos Santos**  
Relator

**Paulo Marcos Guedes**  
Membro



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 011/2019

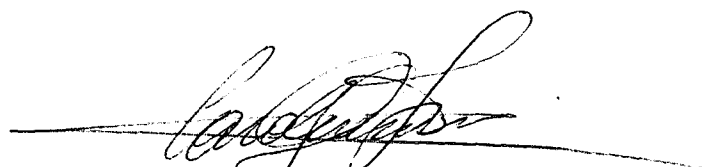
PROCESSO Nº 15280-011-19

PARECER Nº 019/2019

O presente Projeto de Lei, de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Revoga o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003.

Esta Comissão opina pela **aprovação** do referido Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 04 de abril de 2019.



**CAROLINE GOMES FERREIRA**  
Presidente



**ADRIANO LA TORRE**  
Relator



**IRANDER AUGUSTO LOPES**  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 011/2019

PROCESSO Nº 15280-011-19

PARECER Nº 021/2019

O presente Projeto de Lei, de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Revoga o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003.

Esta Comissão opina pela aprovação do referido Projeto de Lei, tendo em vista o que dispõe o Parecer Jurídico desta Casa de Leis.

Rio Claro, 13 de maio de 2019.

  
José Claudinei Paiva  
Presidente

  
Thiago Yamamoto  
Relator

  
Geraldo Luis de Moraes  
Membro

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 011/2019

PROCESSO Nº 15280-011-19

PARECER Nº 035/2019

O presente Projeto de Lei, de autoria do Senhor **PREFEITO MUNICIPAL**, Revoga o Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei Municipal 3399, de 31 de dezembro de 2003.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS acata a opinião da Procuradoria Jurídica desta Edilidade, e opina pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Rio Claro, 23 de maio de 2019.



**GERALDO LUIS DE MORAES**  
Presidente



**PAULO ROGÉRIO GUEDES**  
Relator

**MARIA DO CARMO GUILHERME**  
Membro



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.0016/19

Rio Claro, 30 de abril de 2019

Senhor Presidente

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência e dos demais nobres Edis, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, do artigo 165 da Constituição Federal e artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), Projeto de Lei em anexo.

Este Projeto estabelece as metas e prioridades da administração municipal para o Exercício de 2020, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária e dispõe sobre as alterações tributárias.

No aguardo da aprovação, colocamo-nos ao inteiro dispor, e reiteramos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

JOÃO TEIXEIRA JUNIOR  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
ANDRE LUIS DE GODOY  
DD.Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI ~~016/2019~~

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências.

## CAPITULO I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º.** Esta lei estabelece, nos termos do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

**Parágrafo único.** Além das normas a que se refere o *caput*, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

## CAPITULO II

### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 2º.** As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, integrante desta lei, as quais têm precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.

**Parágrafo único.** As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

## CAPITULO III

### DAS METAS FISCAIS

**Art. 3º.** As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2020 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:

Tabela 1 - Metas Anuais;

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;

Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Plano Previdenciário;

8



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Tabela 6.2 – Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Plano Financeiro;

Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

## CAPÍTULO IV

### DOS RISCOS FISCAIS

**Art. 4º.** Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

## CAPÍTULO V

### DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

**Art. 5º.** A lei orçamentária conterá reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**§ 1º.** A reserva de contingência será fixada em no máximo 1% (Hum) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

**§ 2º.** Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

## CAPÍTULO VI

### DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

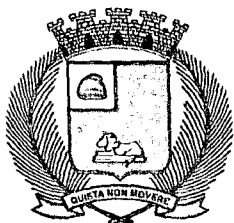
**Art. 6º.** Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2020.

## CAPÍTULO VII

### DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO, METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E LIMITAÇÃO DE EMPENHO

**Art. 7º.** Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.

X  
13



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.

§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.

**Art. 8º.** No prazo previsto no *caput* do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.

§ 1º. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.

§ 3º. Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.

§ 4º. Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.

§ 5º. Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.

§ 6º. A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 7º. Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na lei orçamentária anual.

§ 8º. Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 9º. A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 9º.** Desde que respeitados os limites e as vedações previstos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

- I. concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;
- II. admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º. Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I. prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II. lei específica para as hipóteses previstas no inciso I, do *caput*;

III. no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar federal nº 101/2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:

I – no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;

II – nas situações de emergência e de calamidade pública;

III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;

IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino;

V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo Chefe do Poder.

## CAPÍTULO IX

### DOS NOVOS PROJETOS

**Art. 10.** A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. A regra constante do *caput* aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

## CAPÍTULO X

### DO ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

**Art. 11.** Para os fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CAPÍTULO XI

### DO CONTROLE DE CUSTOS

X





# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**Art. 12.** Para atender ao disposto no art. 4º, I, "e", da Lei Complementar nº 101/00, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.

**Parágrafo único.** Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

## CAPÍTULO XII

### DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A PESSOAS FÍSICAS E A PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

**Art. 13.** Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na lei orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento a recomendação expressa de unidade competente da Administração.

**Parágrafo único.** De igual forma ao disposto no *caput* deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

**Art. 14.** Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320/64 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:

I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;

II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;

III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;

IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na lei orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não.

VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

**§ 1º.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.

**§ 2º.** As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.

**§ 3º.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

X

16



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**Art. 15.** As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.

**Parágrafo único.** Os repasses previstos no *caput* serão efetuados em valores decorrentes da própria lei orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

**Art. 16.** As disposições dos artigos 13 a 15 desta Lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.

**Art. 17.** Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis; e haja autorização legislativa, dispensada esta no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

## CAPÍTULO XIII

### DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA RENÚNCIA DE RECEITAS

**Art. 18.** Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

**Art. 19.** O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I - instituição ou alteração da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
- II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;
- III - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa;
- IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

**Art. 20.** A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento do disposto no *caput* do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.

## CAPÍTULO XIV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

X

**Art. 21.** Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, no artigo 174 da Constituição Estadual e nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária de 2020 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares e estabelecerá as condições e os limites a serem observados.



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

**Art. 22.** O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

**Parágrafo único.** A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2019 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao município ao novo órgão.

**Art. 23.** As proposições legislativas e as emendas apresentadas ao projeto de lei orçamentária que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município deverão estar acompanhadas de estimativas desses impactos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, conforme dispõe o art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**§ 1º.** Na hipótese de criação ou ampliação de ações governamentais, as proposições ou emendas deverão demonstrar:

I - sua compatibilidade com o Plano Plurianual e a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - que não serão ultrapassados os limites legais sobre gastos com pessoal.

**§ 2º.** No caso de emendas que importem redução total ou parcial de dotações propostas no projeto de lei orçamentária, a demonstração de que trata o *caput* deverá:

I - deixar evidente que normas superiores sobre vinculações de receitas, constitucionais e legais, não deixarão de ser observadas;

II - que a prestação de serviços obrigatórios pelo Município e o pagamento de encargos legais não serão inviabilizados.

**Art. 24.** Os créditos consignados na lei orçamentária de 2020 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.

**Parágrafo único.** No caso das emendas de que trata o *caput* deste artigo e na hipótese de ser exigida, nos termos da Constituição e da legislação infraconstitucional, autorização legislativa específica, sua execução somente poderá ocorrer mediante a existência do diploma legal competente.

**Art. 25.** As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

**Art. 26.** A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2019.

**§ 1º.** O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2019 e 2020, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 2º.** Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele Poder.

**Art. 27.** Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2020, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês, observado na execução, individualmente, o limite de cada dotação proposta.

X



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

§ 1º. Enquanto perdurar a situação descrita no *caput*, a parcela de cada duodécimo não utilizada em cada mês será somada ao valor dos duodécimos posteriores.

§ 2º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 3º. Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 4º. Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas redutivas ou supressivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária no Poder Legislativo, bem como pela aplicação do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados, excepcionalmente, por créditos adicionais suplementares ou especiais do Poder Executivo, cuja abertura fica, desde já, autorizada logo após a publicação da lei orçamentária.

§ 5º. Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 30 de janeiro de 2020.

**Art. 28.** O Poder Executivo providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, em até 30 dias após a promulgação da Lei Orçamentária de 2020, demonstrativos com informações complementares detalhando a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa.

**Art. 29.** Para efeito de comprovação dos limites constitucionais nas áreas de educação e da saúde serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar em 2020 que forem pagas até 30 de novembro do ano subsequente.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

João Teixeira Junior  
PREFEITO MUNICIPAL

## CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2018 em valores correntes; 2019 a 2022 em valores constantes a preços de 2019  
2020

Este quadro não inclui as receitas intraorçamentárias.

BRF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Atribuído 2018	Reestimativa 2019	Estimativa 2020	Estimativa 2021	Estimativa 2022
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	730.102	766.347	821.575	874.971	928.848
Impostos	180.415	200.015	219.982	238.424	257.165
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ. Urbana	170.488	180.225	198.635	215.400	232.612
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	77.946	88.531	98.614	107.372	115.963
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	9.364	8.530	9.217	9.945	10.745
Imposto de Renda Retido na Fonte	49.265	56.368	61.868	66.815	72.164
Taxas	32.502	26.800	28.944	31.260	31.760
Pelo Exercício do Poder de Polícia	9.683	19.440	20.968	22.620	24.401
Pela prestação de serviços	7.281	16.934	18.265	19.701	21.251
Contribuição de Melhoria	2.402	2.506	2.704	2.915	3.150
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	270	146	271	404	430
Contribuições Sociais do Servidor para a RPPS	42.013	34.225	37.000	38.200	39.250
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	32.415	23.025	25.000	25.000	25.000
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	9.625	11.200	12.000	13.200	14.250
Receitas Imobiliárias	6.235	4.845	5.040	5.181	5.380
Receitas de Valores Mobiliários	175	331	358	390	412
Demais Receitas Patrimoniais	5.434	3.670	2.770	2.806	2.994
Receita agropecuária	631	1.835	1.912	1.985	2.165
Receita industrial	0	0	0	0	0
Receita de serviços	0	1	0	0	0
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	89.145	49.425	89.724	92.844	101.200
Transferências da União	459.172	481.983	514.591	518.698	578.254
Fundo de Participação dos Municípios	136.505	144.166	155.022	165.252	171.137
Cota-custo do Imposto Territorial Rural	69.088	75.347	79.114	85.443	92.104
Cota-parte do IPI/Outro	490	952	1.031	1.114	1.203
Outras Transferências da União	0	0	0	0	0
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	65.910	68.464	74.877	78.755	77.752
Transferências do SUS	813	901	973	1.051	1.135
Transferência do Salário-Educação (FNDE)	46.046	46.313	47.702	49.135	50.607
Demais Transferências do FNDE	12.131	11.996	12.248	13.497	15.104
Transferências do FNAS	3.942	3.595	3.834	4.125	4.534
Demais Transferências da União	1.337	1.745	1.885	2.035	2.190
Transferências dos Estados	2.665	3.912	7.481	8.393	4.177
Cota-parte do Imp./ Circulação de Merc. e Serv.	245.164	259.163	277.600	297.260	216.407
Cota-parte do Imp./ Veículos Automotores	189.010	197.371	211.883	226.737	240.923
Cota-parte do Imp./ Prod. Indus./ Exportações	40.958	44.100	47.952	51.788	55.931
Transferência Financeira da CIDE	1.513	1.500	1.728	1.854	2.016
Demais Transferências dos Estados	267	365	394	421	460
Transferências Multigovernamentais do FINEB	13.342	14.931	15.644	16.193	17.120
Transferências de Instituições Privadas	77.201	77.500	81.375	85.414	89.116
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0
Transferências de Pessoas	0	0	0	0	0
Transferências de Convênios	295	550	594	642	693
<b>OUTRAS REC. CORRENTES (exceto juros de empréstimos e compensação entre regimes de previdência social)</b>	0	0	0	0	0
Juros de empréstimos concedidos	20.566	23.265	24.237	25.417	27.140
Compensação entre Regimes de Previdência Social	0	200	200	200	200
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES</b>	59.410	67.617	69.195	73.995	79.315
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	13.103	35.428	20.802	12.502	11.072
Operações de crédito	0	23.500	10.000	5.000	5.000
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	0	2.195	3.000	200	215
Alienação de Bens Móveis	0	193	200	50	50
Alienação de Bens Imóveis	0	2.000	2.800	150	165
Receita de Privatizações	0	0	0	0	0
Amortização de empréstimos	120	0	0	0	0
Transferências de capital	9.503	7.880	7.500	7.000	7.000
Outras receitas de capital	3.500	1.850	402	402	402
<b>Total geral das receitas</b>	751.405	801.775	842.281	887.173	941.126
<b>Receitas primárias advindas de FPFs</b>	41.071	49.205	50.724	52.754	54.862
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	705.684	744.122	796.376	849.171	901.429
<b>REC. CORR. LÍQUIDA - PREVISTA NA LOA 2018</b>	91.492				

\*FONTE: CH - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade Responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 30-04-2019 e hora de emissão 09:01  
MDO Pereira - Geração PDF - www.mdo.com.br

**CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS**

Anos de 2017 e 2018 em valores correntes; 2019 a 2022 em valores constantes a preços de 2019  
2020

LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro: Foi analisado a evolução das receitas dos últimos 03 anos. Foi considerado como reestimativa para 2019 os valores de emendas parlamentares que já fora aprovadas. Foi considerado a reavaliação dos valores SUS dos últimos 03 anos.

Mds: Receita = Contas Fidei = Est. Contas C. C. C. C.

CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS

Ano de 2018 em valores correntes; 2019 a 2022 em valores constantes a preços de 2019  
2020

Este quadro não inclui as despesas intraparamentarias

LEF, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhões

Categoria Econ. e Grupos de Nat. de Despesa	Realizado	Valores constantes - projeção			
	Empenhado 2018	Reestimativa 2019	Estimativa 2020	Estimativa 2021	Estimativa 2022
DESPESAS CORRENTES	702.926	683.474	726.358	770.520	820.139
1 Pessoal e Encargos Sociais	402.403	399.265	445.296	462.640	482.244
2 Juros e Encargos da Dívida	24	82	39	20	20
3 Outras Despesas Correntes	300.499	284.127	281.023	307.860	337.875
DESPESAS DE CAPITAL	48.479	67.159	63.400	64.315	69.133
4 Investimentos	28.917	37.825	31.327	33.004	35.288
5 Inversões Financeiras	0	1.742	0	0	0
Concessão de empréstimos e financiamentos	0	0	0	0	0
Aquisição de títulos de capital integralizado	0	0	0	0	0
Demais Inversões Financeiras	0	1.742	0	0	0
6 Amortização da Dívida	19.562	27.592	32.073	31.311	33.845
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	51.142	52.623	52.638	52.654
Para suplementações	0	712	2.513	2.528	2.544
Para cobertura de passivos contingentes	0	0	0	0	0
Capitalização do RPPS	0	50.430	50.110	50.110	50.110
TOTAL GERAL DA DESPESA	751.405	801.775	842.381	887.473	941.120
Despesas primárias geradas de PPPs	49.570	49.282	50.724	52.753	54.563

\*FONTE: CH - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão: 30-04-2019 e data de emissão: 09-04

Município de RIO CLARO  
Quadro III  
CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL  
Anos de 2017 e 2018 em valores correntes; 2019 a 2022 em valores constantes a preços de 2019  
2020

LRP, art. 4º, §2º, inciso II

R\$ milhões

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA DC (I)	282.699	298.707	275.078	250.749	229.933	205.657
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Dívida Contratual	222.301	231.840	216.596	202.161	188.840	175.149
Empréstimos	54.021	51.547	48.969	46.521	44.195	41.185
Internos	54.021	51.547	48.969	46.521	44.195	41.985
Externos	0	0	0	0	0	0
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	88	126	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0
Externos	88	126	0	0	0	0
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	168.192	180.051	167.269	155.144	143.907	133.101
De Tributos	404	472	490	510	530	552
De Contribuições Previdenciárias	160.524	172.924	160.775	149.404	138.729	128.683
De Demais Contribuições Sociais	1.136	1.102	1.027	829	823	817
Do FGTS	6.128	5.553	4.977	4.401	3.825	3.249
Com Instituição Não Financeira	0	0	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	0	116	358	496	738	63
Precatórios posteriores a 05/05/2000	59.455	61.744	53.745	45.184	36.993	28.155
Vencidos e não pagos						
Outras Dívidas	943	5.123	4.737	3.404	4.100	1.553
DEDUÇÕES (II)	1.728	6.610	7.138	7.710	8.327	8.993
Disponibilidade de Caixa	0	0	0	0	0	0
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.675	46.342	48.082	50.062	52.386	55.064
(-) Restos a Pagar processados	89.060	122.388	90.399	80.936	75.021	69.580
Demais Haveres Financeiros	1.728	6.610	7.138	7.710	8.327	8.993
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	280.971	292.097	267.940	243.039	221.606	196.664

Resultado Nominal de 2018 e 2019 calculado abaixo da linha; 2020 a 2022 calculado acima da linha

Especificação	2018	2019	2020	2021	2022
RESULTADO NOMINAL - Valores Constantes			22.073	26.311	28.845
RESULTADO NOMINAL - Valores Correntes	11.126	-24.157	22.942	28.403	32.306

\* FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais ; Unidade responsável - CONTABILIDADE ; Data de emissão: 30-05-2019 e hora de emissão: 09:11

PROJ. Dívid. = (Cresc. IDB) x (Desconome. MRP)



Município de RIO CLARO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
Demonstrativo de riscos fiscais e providências  
2020

R\$ milharas	
Total	
0	0

\*FONTE: CN - SIEFMO - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 30-04-2019 e hora de emissão 09:04

Município de RIO CLARO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 1 - Metas Anuais  
2020

AMF - Demonstrative 1 (LFF, art. 49, § 1°)

[illegible]

CONSOLIDADO									
Especificação	2020			2021			2022		
	Valor corrente (a)	Valor constante	% FCL a 30/09/20	Valor corrente (c)	Valor constante	% FCL em 2020	Valor corrente (e)	Valor constante	% FCL em 2020
Receita total	875.570	842.381	105,7763	958.045	887.473	104,4367	1.054.959	941.928	104,2359
Receitas primárias (I)	862.297	829.611	104,1728	949.618	879.667	103,5180	1.046.118	934.032	103,3623
Despesa total	875.570	842.381	105,7763	958.045	887.473	104,4367	1.054.959	941.928	104,2359
Despesas primárias (II)	842.193	810.269	101,7441	924.223	856.142	100,7497	1.017.030	906.051	100,4883
Resultado primário (III)=(I-II)	20.104	-9.342	2,4287	25.395	23.525	2,7683	29.088	25.971	2,8740
Resultado Nominal	22.942	22.073	2,7716	28.403	26.311	3,0962	32.308	28.845	3,1920
Dívida pública consolidada	260.628	250.743	31,4861	248.217	229.933	27,0582	230.338	205.857	22,7585
Dívida consolidada líquida	252.614	243.039	30,5179	239.228	221.608	26,0783	220.264	196.664	21,7633
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	52.722	50.724	6,3693	56.947	52.753	6,2078	61.446	54.863	6,9712
Despesas Primárias geradas de PPP (V)	52.722	50.724	6,3693	56.947	52.753	6,2078	61.446	54.863	6,9712
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000

Nota: Excluída a coluna SP15, conforme MDF da STN, 9ª Edição.

Fonte e Notas Explicativas

Nas Dívidas Públicas Consolidada e Consolidada Líquida, bem como no Resultado Nominal não foram considerados os valores do RPPS. Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade; pela utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional, bem como, considerando o quadro de parâmetros de referência que acompanha a mensagem ao projeto de LDO para 2020.

Obs.: "Divida Publica Consolidada", "Div-da Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Município de RIO CLARO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior  
2020

AME - Demonstrativo 2 (LRF, art. 1º, § 2º, inciso I) R\$ milhões

Especificação	Metas Pre- vistas em 2018 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	Pct.	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	778.792	824,1882	751.405	106,4789	-27.387	-3,5166
Receita Primária (I)	727.354	769,7519	745.790	105,6832	18.436	2,5147
Despesa Total	778.792	824,1882	751.405	106,4789	-27.387	-3,5166
Despesa Primária (II)	760.779	805,1253	731.819	103,7034	-28.960	-3,8066
Resultado Primário (III)=(I-II)	-33.425	-35,3733	13.971	1,9797	47.396	-141,7981
Resultado Nominal	26.720	28,2775	11.126	1,5766	-15.594	-58,3608
Dívida Pública Consolidada	258.009	273,0485	298.707	42,3287	40.698	15,7739
Dívida Consolidada Líquida	258.009	273,0485	292.097	41,3920	34.088	13,2119

Nota: Excluída a coluna PIB, conforme MDF da STN, 3ª Edição.

RELDO Tabela 2 - Contas LDO - 2020 Contas Contábil

Município de RIO CLARO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores  
2020

R\$ em milhares

Especificação	Valores a preços correntes									
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022
Receita total	806.231	778.792	-3,41	927.920	19,11	975.570	-5,63	958.045	9,42	1.034.959
Receitas Primárias (I)	773.546	727.354	-5,97	881.169	21,15	862.297	-2,14	949.618	-0,13	1.046.113
Despesa total	806.281	778.792	-3,41	927.920	19,11	975.570	-5,63	958.045	9,42	1.034.959
Despesas Primárias (II)	774.133	760.779	-1,73	891.426	17,17	842.193	-5,52	924.223	9,74	1.017.030
Resultado Primário (III)=(I-II)	-587	-33.425	3.594,21	-10.257	-69,31	20.104	-296,00	25.395	26,32	29.033
Resultado Nominal	-21.938	-26.720	21,30	-22.355	-16,34	22.942	-202,63	28.402	23,80	32.306
Dívida pública consolidada	277.140	258.009	-6,90	258.153	0,06	260.828	0,96	245.217	-4,76	230.336
Dívida pública líquida	261.582	253.009	-3,27	256.057	-0,76	252.614	-1,34	239.223	-5,30	220.261

Especificação	Valores a preços constantes									
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022
Receita total	865.962	806.828	-6,83	927.920	15,00	942.381	-9,21	937.473	5,35	941.956
Receitas primárias (I)	820.804	753.339	-9,30	881.169	16,94	823.611	-5,55	879.667	6,03	934.032
Despesa total	865.962	806.828	-6,83	927.920	15,00	942.381	-9,21	937.473	5,35	941.956
Despesas primárias (II)	831.435	789.167	-5,20	891.426	13,10	810.259	-9,10	855.142	5,36	908.061
Resultado primário (III)=(I-II)	-631	-34.829	5.327,96	-10.257	-70,38	19.342	-233,37	23.525	21,63	25.971
Resultado Nominal	-23.561	-27.681	17,49	-22.355	-19,24	22.073	-198,74	26.311	19,20	28.848
Dívida pública consolidada	297.654	267.197	-10,20	259.153	-5,42	250.749	-3,27	229.933	-8,30	205.657
Dívida pública líquida	280.944	267.397	-4,62	256.057	-4,21	243.039	-5,08	221.606	-8,82	196.664

Fonte: CN - SIPRO - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 30-04-2019 e nota de emissão 09:04

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Relatório: Tabela 3 - Metas Fiscais - 2020 - 2022

Município de RIO CLARO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido  
2020

ANEXO Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário)						
Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	130.049	27,13	145.857	31,13	223.899	26,03
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	338.915	72,27	322.864	68,88	636.209	71,97
TOTAL	468.964	100,00	468.721	100,00	860.108	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão: 30-06-2019 e Data de emissão: 09-04

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	119.917	100,00	-23.832	100,00	-22.454	100,00
TOTAL	119.917	100,00	-23.832	100,00	-22.454	100,00

\*FONTE: CN - SIFPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão: 30-06-2019 e Data de emissão: 09-04

Município de RIO CLARO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos  
2020

AMP - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2018	2017	2016
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	55	114	10
Alienação de Bens Móveis	55	114	10
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0

Despesas Executadas	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

Saldo Financeiro	2018	2017	2016
Saldo do Exercício Anterior			-13.370
VALOR (III)	179	124	10

\* FONTE: CN - SIAFIM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais ; Unidade responsável - CONTABILIDADE ; Data de emissão: 30-06-2019 e hora de emissão: 09:04

Município de RIO CLARO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS  
2020

ANEXO 2 - Demonstrativo 6 (LRF, Art. 4º, II, 2º, inciso IV, alínea A)

R\$ mil/mês

PLANO PREVIDENCIÁRIO	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)	49.373	54.119	31.844
Receita de Contribuições dos Segurados	15.988	17.517	20.170
Civil	15.988	17.517	20.170
Ativo	15.988	17.517	19.564
Inativo	0	0	606
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	628	5.683	6.534
Civil	628	5.683	6.534
Ativo	628	5.683	6.534
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Militar	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	31.185	30.275	4.150
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	31.185	30.275	4.150
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receitas de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	1.572	644	1.900
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit atuarial do RPPS (II)	408	585	589
Demais Receitas Correntes	1.164	59	1
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV)=(I+III-II)	48.965	53.534	31.155

PLANO PREVIDENCIÁRIO	2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (V)	945	1.170	1.132
Despesas Correntes	933	1.169	1.121
Despesas de Capital	12	1	11
PREVIDÊNCIA (VI)	14.081	20.733	25.385
Benefícios - Civil	14.081	20.733	25.385
Aposentadorias	12.370	16.359	20.552
Pensões	1.711	2.132	2.580
Outros Benefícios Previdenciários	0	2.242	2.253
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outros Benefícios Previdenciários	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII)=(V+VI)	15.026	21.903	26.517

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII)=(IV-VII)	33.939	31.631	4.638
--	--------	--------	-------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2016	2017	2018
VALOR	0	0	0

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2016	2017	2018
VALOR	0	0	0

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2016	2017	2018
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0